



## BROCHIER - RS

---

### Lei nº 1.998/2025

**Categoria:** Leis Ordinárias

**Secretaria:** Administração e Fazenda

**Data de Publicação:** 18 de dezembro de 2025

#### LEI Nº 1.998, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

**Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Brochier para o exercício financeiro de 2026.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BROCHIER**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 61, inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2026, compreendendo:

**I** - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

**II** - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e Indireta a ele vinculados, bem como Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

**III** - o Orçamento de Investimento das Empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

#### CAPÍTULO II

##### DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

##### Seção I

##### Da Estimativa da Receita

**Art. 2º** A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R\$ 42.942.149,65 (Quarenta e dois milhões, novecentos e quarenta e dois mil, cento e quarenta e nove reais e sessenta e cinco



## BROCHIER - RS

centavos).

**Art. 3º** A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

### RECEITAS

Código da Receita	Especificação	Orçamento fiscal	Seguridade Social	Total
<b>RECEITAS CORRENTES (A)</b>		R\$ 42.925.545,40	R\$ 3.380.000,00	R\$ 46.305.545,40
1.1.0.0.0.00.0.0.00	Impostos, Taxas e Contr. de Melhoria	R\$ 3.739.452,00		R\$ 3.739.452,00
1.2.0.0.0.00.0.0.00	Rec. Contribuições	R\$ 1.000.000,00	R\$ 870.000,00	R\$ 1.870.000,00
1.3.0.0.0.00.0.0.00	Rec. Patrimonial	R\$ 741.271,00	R\$ 2.450.000,00	R\$ 3.191.271,00
1.4.0.0.0.00.0.0.00	Rec. Agropecuária			R\$
1.5.0.0.0.00.0.0.00	Rec. Industriais			R\$
1.6.0.0.0.00.0.0.00	Rec. Serviços	R\$ 1.161.910,00		R\$ 1.161.910,00
1.7.0.0.0.00.0.0.00	Transf. Correntes	R\$ 36.184.516,40		R\$ 36.184.516,40
1.9.0.0.0.00.0.0.00	Outras Rec. Corr.	R\$ 98.396,00	R\$ 60.000,00	R\$ 158.396,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (B)</b>		R\$ 178.519,05	R\$	
2.1.0.0.00.0.0.00	Oper. de Crédito			R\$
2.2.0.0.00.0.0.00	Alienação de Bens	R\$ 10.000,00		R\$ 10.000,00
2.3.0.0.00.0.0.00	Empr. Concedidos			R\$
2.4.0.0.00.0.0.00	Transf. de Capital	R\$ 168.519,05		R\$ 168.519,05
2.9.0.0.00.0.0.00	Outras Rec. Capital			R\$
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA ORÇAMENTÁRIAS (C)</b>		R\$	R\$ 2.049.000,00	R\$ 2.049.000,00
7.2.0.0.0.00.0.0.00	Rec. Contribuições		R\$ 1.347.000,00	R\$ 1.347.000,00
7.3.0.0.0.00.0.0.00	Rec. Patrimonial			R\$
7.9.0.0.0.00.0.0.00	Outras Rec. Corr.		R\$ 702.000,00	R\$ 702.000,00



## BROCHIER - RS

RECEITAS DE CAPITAL INTRA ORÇAMENTÁRIAS (D)	R\$	R\$	R\$
8.2.0.0.00.0.0.00 Alienação de Bens			R\$
8.3.0.0.00.0.0.00 Empr. Concedidos			R\$
8.9.0.0.00.0.0.00 Outras Rec. Capital			R\$
<b>(-) Deduções da Receita (E)</b>	R\$ 5.525.914,80	R\$ 65.000,00	R\$ 5.590.914,80
<b>TOTAL= A+B+C+D-E</b>	R\$ 37.578.149,65	R\$ 5.364.000,00	R\$ 42.942.149,65

### Seção II

#### Da Fixação da Despesa

**Art. 4º** A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 42.942.149,65 (Quarenta e dois milhões, novecentos e quarenta e dois mil, cento e quarenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), sendo:

**I** - No Orçamento Fiscal, em R\$ 37.758.149,65 (trinta e sete milhões, quinhentos e quarenta e nove mil e sessenta e cinco centavos);

**II** - No Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 5.364.000,00 (cinco milhões, trezentos e sessenta e quatro reais).

**Art. 5º** A despesa total fixada apresenta o seguinte desdobramento:

**Art. 6º** Integram esta Lei, nos termos do art. 7º da Lei Municipal nº 1.983, de 22 de setembro de 2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2026, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

### Seção III

#### Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

**Art. 7º** Ficam autorizados:

**I** - Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 20% da sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:



## BROCHIER - RS

---

**a)** anulação parcial ou total de suas dotações, inclusive a Reserva de Contingência, observado o disposto no art. 26 da Lei Municipal nº 1.983/2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026;

**b)** incorporação de superávit financeiro do exercício anterior, bem como o que for gerado em 2026 a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecidas as respectivas fontes/destinações de recursos;

**c)** excesso de arrecadação, a ser apurado nos termos do 43, § 3º, da Lei Federal nº 4.320/1964, obedecidas as respectivas fontes/destinações de recursos.

**II** - Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 20% de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias da Câmara, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, desde que sejam indicados, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.

**Parágrafo único.** As autorizações de que tratam os incisos I e II do caput abrangem também as suplementações de programações que forem incluídas na Lei Orçamentária através de créditos especiais.

**Art. 8º** Além dos créditos suplementares autorizados no inciso I do artigo 7º, e sem prejuízo do limite nele estabelecido, fica o Poder Executivo também autorizado a abrir créditos suplementares destinados ao reforço de:

**I** - de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

**II** - dotações de despesas classificáveis nos elementos 21 - Juros Sobre a Dívida por Contratos, 22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato, 71 - Principal da Dívida Contratual Resgatado e 91 - Sentenças Judiciais;

**III** - dotações de despesas suportadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens móveis e imóveis e transferências voluntárias da União e do Estado.

### CAPÍTULO III

#### DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

**Art. 9º** A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados, nos termos do art. 22 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026.

**Art. 10** Obedecidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.



## BROCHIER - RS

---

**Art. 11** O Prefeito Municipal, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

**Art. 12** Ficam atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos no demonstrativo referidos no art. 1º, da Lei Municipal nº 1.983/2025 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 em conformidade com o disposto no art. 2º, §§ 1º e 2º da referida Lei.

**Parágrafo único.** Para efeitos de avaliação do cumprimento das metas fiscais na audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas, bem como o resultado primário apurado pela metodologia acima da linha e resultado nominal apurado pela metodologia abaixo da linha, serão comparados com as metas ajustadas nos termos do caput deste artigo.

**Art. 13** O Poder Executivo poderá efetuar alterações nos códigos e descrições das funções, subfunções, naturezas de receitas e despesas orçamentárias e fontes de recursos, visando adequá-los às alterações que venham a ser definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), por Decreto Municipal.

**Art. 14** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BROCHIER, 18 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**JOSÉ HENRIQUE DAPPER**  
**Prefeito Municipal**

***Registre-se, e Publique-se:***

***Data Supra.***

**ANÉSIO SILVIO SCHERER**

**Secretário Municipal Administração e Fazenda**

### **Anexos**

<http://www.brochier.rs.gov.br/uploads/legislacao/6611/RWdZS6g9iwOERP9N5TmesUtBY3SvMW3F.pdf>  
[http://www.brochier.rs.gov.br/uploads/legislacao/6610/N08ECDbwH\\_N5NAz7z-Q28QLjMACfS4qb.pdf](http://www.brochier.rs.gov.br/uploads/legislacao/6610/N08ECDbwH_N5NAz7z-Q28QLjMACfS4qb.pdf)